UNICREDS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS CENTRAIS
CNPJ/MF nº 00.315.557/0001-11

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2015	2014
Circulante		**397.284**	**207.318**
Disponibilidades	3	86	155
Aplicações interfinanceiras	4	26.573	30.891
Títulos e valores mobiliários		54.996	138.204
Relações interfinanceiras	1	–	1
Outros créditos	6	35.512	37.949
Outros valores e bens		116	119
Não circulante		**26.643**	**27.489**
Realizável a longo prazo			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	1.312	1.159
Outros créditos	7	70	65
Investimentos		15	109
Imobilizado de uso	7	2.800	3.320
Diferido	7	22.446	22.836
Total do ativo		**425.927**	**234.777**

Passivo	Nota	2015	2014
Circulante		**367.810**	**208.181**
Relações interfinanceiras	9	318.171	174.092
Outras obrigações	10	49.639	42.089
Não circulante		**64.117**	**26.596**
Exigível a longo prazo			
Outras obrigações	10	667	568
Patrimônio líquido	13	**57.450**	**26.028**
Capital social		47.747	17.577
Reserva de capital		4.053	4.053
Reserva legal		4.530	1.782
Sobras acumuladas		1.120	2.616
Total do passivo e patrimônio líquido		**425.927**	**234.777**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

	Nota	2º semestre	2015	2014
Ingressos da intermediação financeira		**25.655**	**39.564**	**9.595**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	3.122	5.489	114
Títulos e valores mobiliários	5	22.533	34.075	9.481
Dispêndios da intermediação financeira		**(23.289)**	**(35.975)**	**(9.224)**
Operações de captação no mercado	9	(23.289)	(35.975)	(9.224)
Resultado bruto da intermediação financeira		**2.366**	**3.589**	**371**
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		**(1.383)**	**(3.009)**	**(135)**
Ingressos de prestação de serviços	14	12.488	25.478	19.534
Dispêndios de pessoal e honorários	15	(18.556)	(34.436)	(22.095)
Outros dispêndios administrativos	16	(14.886)	(33.975)	(25.765)
Outros dispêndios operacionais		(482)	(983)	(367)
Outras receitas operacionais	17	20.055	40.907	28.468
Resultado operacional		**983**	**580**	**236**
Resultado não operacional		**(270)**	**738**	**597**
Sobra do semestre/exercícios		**713**	**1.318**	**833**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

	2º semestre	Exercício 2015	Exercício 2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**98.480**	**169.803**	**98.385**
Resultado ajustado do semestre/exercícios	4.272	7.794	5.420
Sobra do semestre/exercícios	713	1.318	833
Depreciações e amortizações	3.250	6.045	4.530
Baixas de imobilizado	–	94	–
Baixas de imobilizado de uso	(10)	57	–
Baixas do intangível	279	333	–
(Aumento) redução dos ativos	14.790	2.281	(20.278)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(85)	(153)	(113)
Relações interfinanceiras	–	(1)	–
Outros créditos e outros valores de bens	14.878	2.435	(20.165)
Aumento (redução) dos passivos	79.418	159.728	113.243
Relações interfinanceiras	91.412	152.079	94.479
Outras obrigações	(11.994)	7.649	18.764
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(4.146)**	**(7.502)**	**(30.548)**
Aumentos de investimentos	–	–	(94)
Aquisições e incorporações do imobilizado de uso	(81)	(552)	(4.001)
Aquisições e incorporações do intangível	(4.065)	(6.950)	(26.453)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**(66)**	**30.104**	**22.319**
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	2.525
Integralizações de capital	–	30.170	836
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	(66)	(66)	(42)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**94.268**	**192.405**	**90.156**
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	267.387	169.250	79.094
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	361.655	361.655	169.250
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**94.268**	**192.405**	**90.156**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	**17.577**	**4.053**	**1.699**	**2.268**	**26.597**
Integralizações de capital	836	–	–	–	836
Efeitos de incorporação	15.832	4.053	–	1.640	21.525
Sobra do exercício	–	–	–	833	833
Constituição de reserva legal	–	–	83	(83)	–
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	–	–	–	(42)	(42)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**17.577**	**4.053**	**1.782**	**2.616**	**26.028**
Aumento de reserva legal	–	–	2.616	(2.616)	–
Integralizações de capital	30.170	–	–	–	30.170
Sobra do exercício	–	–	–	1.318	1.318
Constituição de reserva legal	–	–	132	(132)	–
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	–	–	–	(66)	(66)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**47.747**	**4.053**	**4.530**	**1.120**	**57.450**
Saldos em 1º de julho de 2015	**47.747**	**4.053**	**4.398**	**505**	**56.703**
Sobra do semestre	–	–	–	713	713
Constituição de reserva legal	–	–	132	(132)	–
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES	–	–	–	(66)	(66)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**47.747**	**4.053**	**4.530**	**1.120**	**57.450**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

1. Contexto operacional: A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's - Unicred do Brasil (Confederação), constituída por cooperativas centrais e integrantes do Sistema Unicred, foi autorizada pelo Banco Central do Brasil, por meio de homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 1994. Tem sua Assembleia Geral, funcionamento regulamentado pela Resolução CMN 4.434/2015 e Estatuto Social. Tem sede e foro na cidade de São Paulo SP, com área de atuação em todo território nacional. Seu objetivo é orientar e coordenar as atividades econômicas das cooperativas associadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conivência de atuação das suas associadas. A Conferedação tem suas dispensas remuneradas de serviços contratados (nota 7). A Confederação iniciou em 2012, o programa de unificação de TI do Sistema Unicred em conjunto com suas associadas. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária à época, que o investimento fosse financiado pelo Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FGCoop). Em 31 de dezembro de 2015, os recursos alocados montam R$ 31.065, entre aquisições de licenças de uso do software SAP e demais gastos relacionados à sua implantação, registrados na rubrica "Outros devedores projeto - TI" (nota 6 (ii)) - contraparti da rubrica "Credores diversos país" (nota 10 (ii)). Por decisão do Conselho de Administração, esse projeto está sendo revisto.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis: a. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei das Cooperativas 5.764/1971, a Lei Complementar 130/2009 e as normas e instruções do Bacen, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen para aplicação até a data do balanço (CPC 00, 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25). As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e foram aprovadas pela Administração em 5 de fevereiro de 2016. **b. Descrição das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios e semestre apresentados. **b.1. Apuração do resultado:** Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício. **b.2. Estimativas contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Confederação no processo de aplicação das políticas contábeis da Confederação. Essas demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação aos estimados. A Administração da Confederação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente. **b.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários livres de curto prazo e alta liquidez. Os títulos e valores mobiliários livres são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. **b.4. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários:** Classificados conforme a intenção da Administração da Confederação em mantê-los para negociação, e são avaliados pelo custo acrescido de rendimentos ou valor de realização. **b.5. Devedores por depósitos em garantia:** Seja por determinação judicial ou espontaneidade da Administração da Confederação, foram depositados valores para suportar pastas contingentes consideradas de risco provável pela Selic. **b.6. Investimentos:** Representados pelas participações societárias avaliadas ao custo de aquisição. Os investimentos são deduzidos, conforme o caso, de provisão para perdas. **b.7. Imobilizado de uso:** As imobilizações são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens. **b.8. Intangível:** Demonstrado pelo valor dos gastos, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados. **b.9. Redução ao valor recuperável de ativos:** É praticado e adotado pela Confederação procedimentos para identificar se um ativo pode estar sujeito a uma redução por perda por impairment, de acordo com o CPC 01 (R1). Quando identificadas, as perdas por impairment são registradas em conta específica. Não identificadas, a Administração da Confederação avalia os ativos financeiros quanto a uma possível redução ao valor recuperável (teste de impairment). **b.10. Relações interfinanceiras:** Representam o montante líquido das cooperativas centrais associadas centralizadas pela Confederação e incluem os encargos e variações monetárias contratadas até a data do balanço. **b.11. Provisões:** As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **b.12. Demais ativos e passivos:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **b.13. Ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando a possibilidade de saída de recursos de caixa para o pagamento de obrigações, e ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão de eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Confederação revisa periodicamente os riscos das ações contingentes, para fins de provisão ou divulgação. **b.14. Segregação do circulante e não circulante:** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social são classificados no circulante e os de prazos superiores, no não circulante. **b.15. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com as normas específicas. **b.16. Impostos sobre a contribuição social:** A sobra apurada em operações realizadas com associadas é isenta de tributação.

3. Caixa e equivalentes de caixa: As disponibilidades, aplicações financeiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendida as determinações da Resolução CMN 3.604/2008.

Descrição	2015	2014
Disponibilidades:		
Caixa e depósitos bancários	86	155
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	26.573	30.891
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	334.996	138.204
	361.655	**169.250**

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

Descrição	2015 Circulante	2015 Não circulante	2014 Circulante	2014 Não circulante
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	26.573	–	30.891	–
Fundo DI Bancoob	–	1.312	–	1.159
	26.573	**1.312**	**30.891**	**1.159**

As LTN que estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), têm seu vencimento final no primeiro semestre de 2016, no entanto, podem ser negociadas a qualquer momento, sendo classificadas para negociação. Referidas aplicações financeiras, no montante de R$ 5.336 no exercício de 2015 e R$ 25.015 As aplicações em Fundo DI Bancoob custodiados a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), está vinculada ao contrato de adesão por prazo indeterminado e foi contratada com prazo de resgate também no primeiro semestre de 2016. No decorrer do exercício de 2015, referidas aplicações tiveram remuneração no montante de R$ 153 (R$ 114 em 2014), registrado em Aplicações interfinanceiras de liquidez.

5. Títulos e valores mobiliários:

Descrição	2015 Circulante	2015 Não circulante	2014 Circulante	2014 Não circulante
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	148.430	–	21.102	–
Cotas de fundo de investimento	186.566	–	117.102	–
	334.996		**138.204**	

Em 31 de dezembro de 2015, as LFT, que estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), tem vencimento final no segundo semestre de 2016, no entanto, podem ser negociadas a qualquer momento, sendo classificadas para negociação. Referidas títulos tiveram remuneração no montante de R$ 12.072 no exercício de 2015 (R$ 668 em 2014). Ainda, no exercício de 2015 foram resgatados rendimentos com Letras do Tesouro Nacional (LTN) no montante de R$ 278 (R$ 647 em 2014). As cotas de fundo de investimento, referem-se ao BB Unicred do Brasil Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado, exclusivo para instituições financeiras de primeiro linha. Referido fundo teve no exercício de 2015, remuneração de 100% do CDI, no montante de R$ 21.725 (R$ 8.168 em 2014).

6. Outros créditos:

Descrição	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamentos salariais	118	–	118	71	–	71
Outros devedores projeto - TI (i)	31.065	–	31.065	35.101	–	35.101
Valores a receber das associadas	3.046	1.602	4.648	–	–	–
Impostos e contribuições a recuperar	1.114	–	1.114	947	–	947
Adiantamentos efetuados	169	–	169	228	–	228
Devedores por depósito em garantia (nota 10 (iii))	–	70	70	–	65	65
	35.512	**70**	**35.582**	**37.949**	**65**	**38.015**

(i) O valor em destaque, que representa (87%) do saldo de outros créditos em 31 de dezembro de 2015, refere-se ao montante remanescente do projeto sistêmico para unificação da Tecnologia da Informação (TI) no Sistema Unicred. O escopo inicial previa a migração do Sistema de Automação Unicred (SAU) para o SAP, com o custeio do projeto sendo feito com recursos do Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FG), substituído pelo FGCoop (instituído pelo Bacen em 30 de outubro de 2012). Do montante contabilizado na referida rubrica, foram baixados R$ 24.478 em dezembro de 2015, em razão da paralisação do projeto de implantação do SAP e rescisão do contrato firmado com a SAP, conforme deliberação do Conselho de Administração, formalizada na 23ª Ata, de 26 de novembro de 2015, e notificação extrajudicial enviada à SAP Brasil, na mesma data, para cancelamento de todos os produtos e serviços em andamento. Com isso, foi contratada assessoria para levantamento/conciliação de todos os gastos do projeto que utilizaram os recursos do FG constituído pelas singulares do Sistema Unicred e também como identificar a classificação dos pagamentos como recuperáveis ou não. O resultado desse trabalho previsto para meados de 2016 dará melhores condições para definição final pela Diretoria da Confederação sobre a efetividade do projeto, quanto ao critério de ratear ainda que de forma parcial ou eliminar a possibilidade de nova baixa do montante aplicado, bem como o assunto será encaminhado em tempo para apreciação e deliberação do Conselho de Administração da Confederação. A remuneração da rubrica, em contraparti à outras obrigações (nota 10 (iii)), foi a seguinte nos exercícios:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.869	(4.357)	2.512	3.020
Sistema de telefonia	10%	85	(17)	68	73
Sistema de processamentos de dados	20%	465	(245)	220	227
		7.419	**(4.619)**	**2.800**	**3.320**

6. Movimentação do custo de aquisição e da depreciação acumulada nos exercícios:

Descrição	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Saldo em 1º janeiro de 2014	**466**	**(217)**	**249**
Saldos incorporados (ii)	4.616	(2.647)	1.969
Adições	2.032	(873)	1.159
Baixas	(67)	10	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**7.047**	**(3.727)**	**3.320**
Adições	552	(1.066)	(514)
Baixas	(180)	176	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**7.419**	**(4.619)**	**2.800**

(ii) Trata-se de saldos incorporados da Tecnocredi Soluções Tecnológicas Ltda., devidamente aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2013, cujo ato societário se efetivou em 2 de janeiro de 2014.

6. Intangível: a Composição do saldo:

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	–	17	–	17	17
Software	20%	45.937	(21.508)	24.429	22.789
		45.954	**(21.508)**	**24.446**	**22.806**

b. Movimentação do custo de aquisição e amortizações acumuladas nos exercícios:

Descrição	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido
Saldo em 1º janeiro de 2014	**15**	**(4)**	**11**
Saldos incorporados (ii)	31.241	(13.104)	18.137
Adições	8.315	(3.657)	4.658
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**39.571**	**(16.765)**	**22.806**
Adições	8.950	(4.917)	4.033
Baixas	(567)	234	(333)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**45.954**	**(21.508)**	**24.446**

(ii) Trata-se de saldos incorporados da Tecnocredi Soluções Tecnológicas Ltda., devidamente aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2013, cujo ato societário se efetivou em 2 de janeiro de 2014.

7. Relações interfinanceiras - Centralização financeira - Centrais:

a. Composição do saldo:

Descrição	2015	2014
Centralização financeira	**318.171**	**166.092**
Refere-se aos depósitos das associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN 4.434/2015, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). No exercício de 2015, a Confederação remunerou esses depósitos no montante de R$ 35.975 (R$ 9.224 em 2014), que para efeito de apresentação da demonstração do resultado, é classificado como dispêndios da intermediação financeira. Ainda, consta no saldo o valor de R$ 10.283 de uma associada, que pede resarcimento do Fundo Garantidor - FG através de demanda judicial, no valor atualizado de R$ 15.631. Os depósitos estão garantidos até o limite de R$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e ainda, recentemente integrado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelo Cooperativismo de Crédito (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN 4.284/2013.

b. Concentração:

Descrição	Valor	% do total
Maior depositante	103.528	32,5%
Demais associadas	214.643	67%
	318.171	**100%**

10. Outras obrigações:

Descrição	2015 Circulante	2015 Não circulante	Total	2014 Circulante	2014 Não circulante	Total
Fornecedores a estatutárias:						
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	78	–	78	169	–	169
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.229	–	1.229	1.342	–	1.342
Impostos e contribuições a recolher	3.358	–	3.358	2.223	–	2.223
Diversas:						
Credores diversos no país (iii)	38.571	–	38.571	38.355	–	38.355
Provisão para passivos contingentes (iii)	–	667	667	568	568	
Instrumento de dívida elegível (iv)	6.403	–	6.403			
	48.332	667	48.999	40.578	568	41.146
	49.639	**667**	**50.306**	**42.089**	**568**	**42.657**

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme lei do Cooperativismo e normas do Bacen (nota 13b). (ii) Em 31 de dezembro de 2015, o saldo é composto pelas seguintes rubricas:

Descrição	Saldo
Contas a pagar cooperativas - Projeto TI	30.486
Fundo Garantidor (FG) ex-associadas	3.988
Outros credores diversos	4.097
	38.571

O saldo de R$ 30.486, transferidos do Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FG) e rateado às associadas para pagamento dos gastos de implantação do novo projeto de TI, será revertido para a rubrica "Outros devedores projeto TI" (nota 6 (i)) no momento da ativação do software SAP no Sistema Unicred (centrais e singulares) ou baixa por descontinuidade/recuperabilidade. Ainda, falta transferir do FG, em janeiro de 2016, o valor de R$ 579, já atualizado no Projeto, totalizando o montante de R$ 31.065 registrado no ativo. Quanto ao valor de R$ 3.988, em 28 de janeiro de 2015, foi firmado Acordo Extrajudicial com a Central AMOC desligada do Sistema Unicred em 23 de novembro de 2015, sendo cooperada que será restituída a título de prestação de serviços no valor de R$ 3.988, devolvido o valor do capital social de R$ 93 e de R$ 1.079 do Fundo Garantidor (90%), em 04 (quatro) parcelas semestrais com vencimento final em 2 de agosto de 2016, devidamente corrigidas pelo indexador 96% do CDI do período a contar de 31 de dezembro de 2013 para cada parcela. Nesta mesma data foi firmado outro Acordo Extrajudicial com a Central Brasil Central desligada do Sistema Unicred em 19 de novembro de 2013, acordando que será recebido a título de prestação de serviços o valor de R$ 410 , devolvido o valor do capital social de R$ 105 e de R$ 5.139 do Fundo Garantidor (90%), em 04 (quatro) parcelas semestrais com vencimento final em 2 de agosto de 2016, devidamente corrigidas pelo indexador 96% do CDI do período a contar de 31 de dezembro de 2013 para cada parcela, conforme abaixo:

	Central Brasil	Central Amoc	2015 Saldo
Acordo extrajudicial	2.253	521	2.774
Variação monetária	1.007	207	1.214
Saldo	**3.260**	**728**	**3.988**

(iii) A Confederação no desenvolvimento de suas atividades operacionais está sujeita a demandas de naturezas tributária, cível e reclamações trabalhistas. A Confederação possui ação na área tributária federal, que visa declarar a não incidência das contribuições sobre o PIS e COFINS, sobre o ATO COTEPE (sistema de arrecadação de cooperativas), cujas exigibilidades se encontram suspensas por força de depósitos judiciais nos autos do Mandado de Segurança. Referido processo encontra-se em andamento. Sobre esses depósitos em dezembro de 2015, a Confederação recebeu autuação da Receita Federal do Brasil, referentes à suposta tributação sobre as rendas de aplicações financeiras de liquidez, devedores diversos, adiantamentos a fornecedores e outras receitas, referentes aos períodos de 2006, 2007 e 2008, no montante de R$ 459, devidamente atualizados pela Selic até 31 de dezembro de 2015. Os autos de infração foram contestados administrativamente pela Confederação, alegando em síntese, a não incidência das contribuições sociais, por se tratar de atos de acordo com o ieor do disposto no artigo 79 da Lei nº 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo). Ainda, foi constituída provisão no montante de R$ 174 por falta de entrega da DIMOF (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira) de anos anteriores, devidamente atualizados pela Selic até 31 de dezembro de 2015. Por fim, em caso de insucesso das defesas administrativas do PIS, COFINS e da DIMOF, ainda cabe discussão posterior na esfera judicial por parte da Confederação. Existem depósitos judiciais de R$ 70 (R$ 65 em 2014), registrados em outros créditos do ativo não circulante (nota 6), devidamente atualizados pela Selic até 31 de dezembro de 2015 e PIS e COFINS. Foi constituída também, provisão para risco de ação movida por ex-associada da Unicred Central RS, no valor de R$ 34, que visa a cobrança do Fundo Garantidor (nota 7). O valor está devidamente atualizado pelo IGPM acrescido de juros de 1% As movimentações das provisões e dos depósitos foram as seguintes:

	Depósitos judiciais	Provisão para contingências
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**65**	**568**
Depósitos realizados/constituição de provisão	5	99
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**70**	**667**
Saldo em 1º de janeiro de 2014	**60**	**535**
Depósitos realizados/constituição de provisão	5	33
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**65**	**568**

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Confederação, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a fiscalização por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, em geral cinco anos.

(iv) Emissão de letra financeira com cláusula de subordinação para compensação de 31 de dezembro de 2015 a ser liquidado em 2 de janeiro de 2016 no montante de R$ 6.403 para suportar o índice de imobilização, em substituição a integralização de capital, dado que é uma necessidade temporária, devido a depreciação do imobilizado.

11. Passivos contingentes: A Confederação é parte em duas ações de natureza civel indenizatória e duas ações trabalhistas, com valor de causa de R$ 1.873 em 31 de dezembro de 2015. A Administração da Cooperativa decidiu com base na opinião de seus assessor jurídico, que indica perda possível, não registrar qualquer provisão para contingências em face desses assuntos.

12. Marca Unicred: Em 7 de dezembro de 2010, foi deferido pela Confederação contrato com a Unicred Vale das Antas para a cessão em definitivo dos direitos e a titularidade da marca UNICRED. Adicionalmente, foram transferidos outros 30 registros junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, referentes a diversas variações da Marca Unicred. Foram pagos a Unicred Vale das Antas, a título de reembolso de despesas com o INPI e outros gastos, o montante de R$ 29, registrados a despesa no ativo. Em 2012, todos os valores foram baixados por ativo circulante e não circulante, relativos a Marca Unicred, foram revertidos e contabilizados em dispêndios no período, procedimento com a concordância do Bacen. Também, como forma de compensar a cessão da Marca Unicred, foi concedida a singular abaixo citada, a isenção pelo prazo de vinte anos no rateio dos dispêndios da Confederação, da Central RS e dos serviços de tecnologia da informação, cujo custeio total será suportado à parte pelas demais cooperativas centrais e singulares associadas do Sistema Unicred do Brasil através do rateio.

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social é de R$ 47.747 e R$ 17.577 em dois períodos, respectivamente, sendo R$ 47.747 totalmente subscrito e integralizado, sendo representado pelas integralizações das cinco associadas. De acordo com o Estatuto Social cada associada tem direito a um voto independentemente do número de quotas-partes. No exercício de 2015, houve aumento de capital no montante de R$ 30.170 (R$ 836 em 2014), com recursos provenientes de suas associadas, com o intuito de adequar o patrimônio de referência aos limites mínimos exigidos pelo órgão regulador. **b. Destinações legais e estatutárias:** Das sobras apuradas ao final do exercício, conforme Estatuto Social serão destinados: I) Para a reserva legal a 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES. O FATES é registrado como exigibilidade, conforme instrução do Bacen e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) e Manual do FATES do Sistema Unicred (nota 10(i)). **c. Sobras acumuladas:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de março de 2015, foi aprovada as demonstrações financeiras, as destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras do exercício de 2014, conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido.

14. Ingressos de prestação de serviços:

Descrição	2º semestre	2015 Exercício	2014 Exercício
Serviços de TI	12.486	25.439	19.530
Outros serviços	–	39	4
	12.488	**25.478**	**19.534**

15. Dispêndios com pessoal e honorários:

Descrição	2º semestre	2015 Exercício	2014 Exercício
Dispêndios de honorários	(684)	(1.264)	(1.270)
Dispêndios de pessoal - benefícios	(3.256)	(5.375)	(2.926)
Dispêndios de pessoal - encargos	(4.051)	(7.420)	(4.462)
Dispêndios de pessoal - proventos	(10.452)	(20.293)	(13.131)
Dispêndios de pessoal - treinamento	(112)	(196)	(226)
	(18.556)	**(34.436)**	**(22.035)**

16. Outros dispêndios administrativos:

Descrição	2º semestre	2015 Exercício	2014 Exercício
Despesas de água e energia	(291)	(562)	(268)
Aluguéis e condomínios	(945)	(1.799)	(1.574)
Dispêndios de comunicação	(1.180)	(2.449)	(1.741)
Dispêndios de manutenção e conservação de bens	(116)	(234)	(446)
Dispêndios de processamento de dados	(930)	(3.942)	(1.406)
Dispêndios de propaganda e publicações	(196)	(448)	(348)
Serviços de terceiros	(4.347)	(10.552)	(6.212)
Serviços técnicos especializados	(2.005)	(3.803)	(3.954)
Dispêndios de viagem no país	(861)	(2.128)	(2.066)
Outros dispêndios administrativos	(1.224)	(2.070)	(1.715)
Dispêndios de amortizações e depreciações	(2.573)	(5.152)	(4.588)
Outros dispêndios	(425)	(835)	(1.264)
	(14.886)	**(33.975)**	**(25.765)**

17. Outros ingressos operacionais:

Descrição	2º semestre	2015 Exercício	2014 Exercício
Taxa de contribuição (i)	10.445	22.317	17.926
Rendas de aluguéis e dividendos administrativos (ii)	8.479	17.446	8.675
Outros ingressos operacionais	1.131	1.144	1.897
	20.055	**40.907**	**28.498**

(i) Destinadas ao ressarcimento das despesas da Confederação pelas associadas. A Confederação possui uma relação de interdependências com as suas associadas, visto que seu custo é reembolsado por elas. (ii) Refere-se a reembolso de despesas das associadas que ora foram assumidas pela Confederação.

18. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, conforme critérios mencionados nas demonstrações notas explicativas, os quais se aproximam dos seus valores justos, com destaque para os títulos e valores mobiliários, aplicações interfinanceiras de liquidez e relações interfinanceiras passivas. Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos no, exercícios, nem em caráter especulativo.

19. Seguros contratados: A Confederação adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes segurados para fazer face a ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotad